



09/18

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREI-
TADA "**CONSTRUÇÃO DE UM PONTO DE
ÁGUA PARA UTILIZAÇÃO DAS ACTIVI-
DADES DFCI**".

No dia vinte e um, do mês de Junho, do ano de Dois mil e dezoito, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, **Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira**, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Boticas e seu Oficial Público, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICÍPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste ato legalmente representado pelo seu **Presidente da Câmara, Fernando Eirão Queiroga**,

SEGUNDO:

CONSTRUÇÕES 13 DE AGOSTO, LDA., NIF e matrícula 505 340 275 – Conservatória do Registo Comercial de Boticas, com sede em Estrada Nacional 312, n.º 10, Carreira da Lebre, freguesia de Beça, concelho de Boticas, 5460-125 Beça, endereço electrónico *geral@construcoes13deAgosto.pt*, telefone n.º 276415654 e fax n.º 276415654, neste acto legalmente representada pelo seu sócio e gerente, com poderes para o acto, **Adriano Valdemar Gonçalves**,

qualidade e poderes que verifiquei pela certidão permanente conforme consulta efectuada no sítio da internet <https://portaldaempresa.pt>.

Verifiquei identidade do representante do primeiro outorgante, bem como a qualidade e poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, por conhecimento pessoal e a identidade dos representantes do segundo outorgante através da exibição dos respectivos documentos de identificação.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada **"Construção de um Ponto de Água para Utilização das Atividades DFCI"**, pelo preço de **Sessenta e um mil, duzentos e quarenta e dois euros (61.242,00€)**, que não inclui IVA à taxa legal em vigor, precedida de concurso público e adjudicada ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 11 de Junho de 2018, em conformidade com o Caderno de Encargos, Memória Descritiva e Justificativa / Mapa de Quantidades e Peças Desenhadas e Escritas, Condições Técnicas e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal de 16 de Maio de 2018, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante, bem como da lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e cujo conteúdo os outorgantes declaram conhecer perfeitamente, os quais ficam arquivados no maço de documentos referente ao presente contrato.

Cláusula 2ª

Prazo de Execução

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **Trinta dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta após a data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo outorgante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo.



Cláusula 3ª

Prazo de Garantia da Obra

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:
 - a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais.
 - b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas.
 - c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.
2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.
3. Excetuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 4ª

Pagamentos

- 1 – Os pagamentos a efetuar pelo primeiro outorgante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18.ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno.
- 2 – Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.

Cláusula 5ª

Revisão de Preços

A revisão de preços será feita em conformidade com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo aplicada a fórmula tipo prevista no n.º 2, da cláusula 29ª, do caderno de encargos da empreitada.

Cláusula 6ª

Dotação Orçamental

A empreitada consta do Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro outorgante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento na rubrica com a seguinte classificação: Orgânica/Económica: 0300/07030313; Ação PPI n.º16P017, Proposta de Cabimento nº 853, Compromisso n.º 910 e Requisição Externa de Despesa n.º 415.

Cláusula 7ª

Gestor do Contrato

As funções de gestor do contrato previstas no artigo 290º-A do CCP, competem ao eng.º Óscar Alexandre Gonzalez dos Santos Lucas, Chefe da Divisão de Gestão e Administração do Território da Câmara Municipal de Boticas.

Cláusula 8ª

Foro Competente

Para a resolução de eventuais litígios, decorrentes do presente contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 9ª

Prevalência

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada as expressas no contrato, no Caderno de Encargos e documentos complementares - Memória descritiva e Justificativa/Mapa de medições e Peças Desenhadas, Condições Técnicas e Plano de Segurança e Saúde - e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos do contrato a prevalência é estabelecida nos termos dos números 5 e 6 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.



Cláusula 10ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de Agosto e demais legislação aplicável.

Cláusula 11ª

Disposições finais

- 1 - Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
- 2 - O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal de 16 de Maio de 2018.
- 3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

Pelos outorgantes foi dito que aceitam o presente contrato nos termos exarados, obrigando-se assim as partes ao seu exacto cumprimento.

Assim o disseram e outorgaram por minuta aprovada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 11 de Junho de 2018, documento que me foi apresentado pelos outorgantes e que arquivo.


Pelo segundo outorgante foram ainda apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Certidão (consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Boticas em 05 de Junho de 2018 e comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

- 2 – Certidão (consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 05 de Junho de 2018 e comprovativa da firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Alvará de Construção n.º 44468;
- 4 – Certificados de Registo Criminal dos gerentes da firma;
- 5 – Declaração nos termos da alínea a), do n.º1, do artigo 81º, do Código dos Contratos Públicos.

O presente contrato foi lido e explicado aos outorgantes, depois do que vai ser assinado por ambos e por mim, Oficial Público.

Os Outorgantes,

O Oficial Público,



Contrato registado sob o nº 09/18.